



CRÍTICA E NEGOCIAÇÃO DE SENTIDO NA ERA DA MULTILICIDADE

Fábio Cavalcante de Andrade (UFPE)

RESUMO

A crítica literária tornou-se, em determinados momentos, verdadeira tribuna, espaço de embates e diatribes. No séc. XIX não faltam exemplos de polêmicas encabeçadas por alguns de nossos mais importantes escritores. A verve polêmica chegou ao séc. XX através dos rodapés que definiriam o perfil da crítica praticada nos suplementos e jornais diários – a chamada “crítica de rodapé”. Álvaro Lins, por exemplo, encetou com Afrânio Coutinho o embate que marcaria a migração da crítica dos jornais para os cursos de letras das universidades. Essa mudança de endereço trouxe aquilo que Coutinho de maneira visionária anunciava: uma gradativa profissionalização da crítica, preocupação com o rigor do método e um aparelhamento do crítico com nomenclatura e terminologia especializadas. Entretanto, o fim do século XX e início deste séc. XXI parecem atestar a crise desse modelo. O que se vê cada vez mais é a retomada da discussão que culminou com a “vitória” da crítica acadêmica, assinalando que o nosso próprio tempo precisa repensar o caráter endógeno dessa crítica. Um novo olhar sobre a crítica de rodapé pode desvelar possibilidades capazes de renovar o discurso crítico atual, tais como o diálogo com o mundo social e político; assim como a procura de um diálogo mais amplo propiciado pelas novas tecnologias e pelas redes sociais. Nosso objetivo é refletir sobre o possível papel da polêmica para os nossos dias, marcados por uma caleidoscópica trama de olhares, perspectivas e valores. E sobre a possibilidade de na era da multiplicidade ser fecundo o paroxismo a que parece levar toda polêmica, ameaçando matizes e complexidade.

Palavras-chave: Crítica. Polêmica. Multiplicidade.

Crítica e polêmica

Uma parte da história da crítica literária está marcada por embates ferozes e contendas memoráveis. Provavelmente isso contribuiu para que o termo “crítico” tenha adquirido alguns significados pejorativos, numa gradação pouco favorável que vai desde a do artista frustrado até a de detrator profissional. De fato, a ideia de embate e confronto faz parte da história da crítica, de alguns de seus momentos cruciais e é um ponto incontornável

para se discutir as transformações que lhe ocorreram no último século e no início deste séc. XXI.

A polêmica é algo que acompanha o saber humano e se espalha por diferentes domínios do conhecimento: religião, política, filosofia etc. A própria filosofia nasce de uma acirrada polêmica com o modelo mítico de explicação do cosmos. A idade média conheceu escolas de polemistas, quando a própria igreja promovia contendas entre representantes da fé judaica e da fé cristã, com o intuito de difundir seu credo e fazê-lo prevalecer sobre a religião dos judeus.

No âmbito do pensamento sobre a literatura, a polêmica se associa à crítica na medida em que ela – a crítica – vai se transformando naquilo que conhecemos hoje, desligando-se da antiga tradição, de origem grega e latina, que atribuía ao crítico o papel similar ao do *gramatikos*:

A crítica, assim, segundo a conhecemos no nosso tempo, resulta de um processo de desregulamentação – o abandono da preceptística retórico-poética como pauta para o juízo sobre as obras literárias – traço essencial que lhe definirá os rumos a partir do séc. XIX. (SOUZA, 2013, p.14)

O século XIX foi uma espécie de etapa final dessa *desregulamentação* da crítica. Século rico em polêmicas igualmente no Brasil. Quando a autoridade da retórica, da teoria dos gêneros literários de procedência clássica, não mais pautava a valorização e julgamento das obras. O vazio deixado pela tradição foi ocupado pela necessidade de construir novos paradigmas de compreensão e avaliação. Algo que só poderia ser forjado em meio ao debate ou ao *embate*, como ocorreu no oitocentos.

Uma das mais famosas de nossas polêmicas oitocentistas foi a que se travou entre Franklin Távora e José de Alencar, marcando também o declínio da estética romântica e prenúncio do realismo emergente.

Távora questionou o projeto nacionalista de Alencar, que segundo ele estava impregnado de artificialidade e desconhecimento dos lugares em que o escritor ambientava suas narrativas; defendendo, como bem vê José Guilherme Merquior, “a observação da realidade” e o “estudo documentado do passado” (2014, p.172). A polêmica com Alencar começava a traduzir o declínio da escola romântica. Através de suas *Cartas a Cincinnati*, como Távora intitulou suas crônicas, questiona-se a autoridade de uma das figuras mais

proeminentes de nossa literatura romântica. O alcance cultural e político desse gesto repercutiu de várias formas. O rescaldo dessa polêmica foi muito expressivo: Távora foi deslocado de Recife para o Rio de Janeiro a convite de D. Pedro II, com quem Alencar tivera grande desgosto político.

O melhor resumo da ópera, ao menos em sua versão política e burlesca, quem o dá é Eduardo Vieira Martins (2013), em seu texto *Contra José de Alencar: Franklin Távora no ocaso do Romantismo*:

Távora não é o detrator de Alencar; é um crítico contundente, por vezes injusto, mas, em todo caso, um escritor que explora habilmente a polêmica como meio de conquistar a atenção dos leitores e de se autopromover, assim como era comum no período e assim como o próprio Alencar fizera com relação a Gonçalves de Magalhães. (p.62)

Outra importante polêmica travada nas letras brasileiras do período foi a que envolveu Machado de Assis e Eça de Queiroz. Machado, no artigo publicado em “O Cruzeiro”, em 1878, e que tem por título o objeto de sua crítica - *O primo Basílio*; se debruça sobre o então recém lançado romance do escritor português, não sem, no mesmo gesto, investir contra *O crime do padre Amaro*.

A crítica de Machado a *O primo Basílio* se concentra nos fundamentos essenciais do naturalismo e naquilo que ele mesmo julga como problemas de verossimilhança. Machado questiona ironicamente a pretensão ao retratismo que se depreende da proposta do romance-experimental como concebido por Zola. É por nada esquecer, ou melhor, por nada *ocultar* que a “nova poética” busca a perfeição, que seria plena caso conseguisse dizer “o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha” (1964, p.110).

Entretanto, é possível dizer que Machado não mergulhou na polêmica com o mesmo ânimo com que geralmente os seus contemporâneos nela se lançavam. Seu gesto pode ser visto de outro ponto de vista, que não necessariamente elimina a ideia da polêmica como mecanismo de legitimação; mas sugere, para além disso, um aspecto pedagógico na crítica exercida por ele.

José Luís Jobim (2013) acrescenta ao caso Machado/Eça um dado importante, que pode redimensionar o esboço de polêmica encetado por Machado. À possibilidade de

chamar atenção sobre si, como o faziam boa parte dos escritores da época; soma-se a hipótese – segundo Jobim – de que Machado entrevia uma justificativa para o seu próprio projeto literário que teria na oposição ao realismo/naturalismo um princípio norteador.

Em outras palavras, o Machado crítico é o futuro escritor na prancheta. É o aprendiz que colherá os frutos da reflexão sobre a literatura produzida por outros, transformando-os em fertilizante de sua própria criação. Nesse gesto já se delinea a noção de *sistema interno de emulação*, defendida por João Cezar de Castro Rocha e que o permite pensar a polêmica como “sistema”.

As duas faces da polêmica

A agitação cultural, certo fenesi de ideias, próprios da polêmica, assim como a frequência com que ela se desenvolveu em nosso meio intelectual, levaram João Cezar de Castro Rocha (2013) a encará-la como uma ferramenta fundamental de vitalização das letras brasileiras.

Em seu texto *Sílvio Romero: a polêmica como sistema?*, João Cezar enfoca um outro famoso embate intelectual do séc. XIX, encenado por Sílvio Romero e José Veríssimo, com o objetivo de problematizar o lugar-comum que se tornou o modo como têm sido interpretadas as polêmicas literárias do Brasil oitocentista. Segundo ele, não se sustenta a ideia de que as polêmicas seriam simplesmente “resquícos anacrônicos da mentalidade patriarcal”, ou apenas um “modo de calar o outro através da imposição de uma ordem hierárquica rigidamente definida” (2013, p.95).

O percurso inicial de seu ensaio se concentra na interpretação que alguns críticos e sociólogos deram à verve polêmica das letras brasileiras do século XIX – Roberto da Matta, Flora Sussekind – encarando-a geralmente como um aspecto negativo e oriundo de nossa socialização tão marcadamente desigual e opressora. Como se sempre pesasse sobre a polêmica um princípio de autoridade – ou melhor: de autoritarismo – que tem no descredenciamento do outro uma premissa. Creio importante ressaltar que desde o princípio, João Cezar faz questão de assinalar o caráter “publicitário”, de autopromoção mesmo, que ronda todo ímpeto polêmico. A isso ele chama de face lunar da polêmica. A

crença na existência, porém, de uma “face solar” é o que estimula sua reflexão e que, ao mesmo tempo, permite pensar o conceito de *sistema interno de emulação*. Esse jogo emulativo nasceria da polêmica enquanto pensamento e prática, regida por uma dinâmica do confronto onde os oponentes se enfrentam no “interior de um mesmo registro discursivo, levando-os ao exame *interessado* dos textos do adversário” (2013, p. 98).

Em seguida, o autor passa ao exame mais atento da polêmica Romero/Veríssimo, mostrando a importância do embate para os caminhos da crítica da época e mesmo do período posterior. Sílvio Romero representando uma tendência sociológica de forte influência germânica, muito presente no pensamento da *Escola do Recife*; e José Veríssimo um olhar mais propriamente *estético*, de forte influência francesa e devedor do antigo conceito de *belles lettres*.

Para João Cezar, a clareza das diferenças entre o *sociologismo* de Romero e o *esteticismo* de Veríssimo se deve em boa parte à polêmica, que não só os ressaltou como também abriu espaço para um gesto político que parte do lado mais aguerrido, representado por Sílvio Romero. Romero buscava, através da polêmica, a “autopromoção e a luta pelo poder no campo simbólico”. Embora não fosse esse o objetivo declarado da contenda, era a sua motivação velada. Em resumo:

As motivações subjacentes aos debates – por assim dizer o espólio da batalha de ideias – são emblemáticas da funcionalidade própria da polêmica: ela diz respeito tanto à estruturação do sistema quanto à autopromoção e à busca por notoriedade e privilégios (CASTRO ROCHA, 2013, p.100).

Para além do objeto em si do ensaio – a polêmica como propulsão do sistema interno de emulação – é interessante observar a maneira como o próprio João Cezar se relaciona com o caminho escolhido para a defesa de sua hipótese. A valorização do aspecto “solar”, e, logo, fértil, dinamizador, ampliador da polêmica é monitorado de perto pelo seu reflexo reverso: quando a polêmica é briga miúda, é interesse de fundo político ou puramente narcísico.

Desde o início ele faz questão de tocar nessa dimensão da polêmica, ensaiando já a sua própria defesa, alegada então com a consciência da natureza ambivalente dos confrontos intelectuais, irremediavelmente atravessados pelos afetos e pelas afetações. É

ele mesmo que nos adverte a respeito de sua hipótese: “Espero que o leitor não veja nessa proposta o fantasma de uma idealização ingênua da polêmica” (Castro Rocha, 2013, p.98).

Em várias passagens a ressalva é imediatamente seguida pela afirmação do valor positivo da polêmica. Essa estratégia discursiva tem um significado importante quando se interpreta o ensaio de João Cezar para além de uma defesa da polêmica na vida intelectual do século XIX; e se passa a encará-lo como um verdadeiro manifesto, um encorajamento do debate público como forma de insuflar novo fôlego na crítica contemporânea. Antes, porém, de defender um pouco mais esse ponto de vista, passo a indicar aspectos importantes no gesto de valorização da polêmica.

Penso que aquelas polêmicas que marcaram a vida intelectual brasileira do séc. XIX, produziram, muitas vezes, um efeito de escape, deslocando o foco de atenção – no caso Romero/Veríssimo, por exemplo – para o confronto em si, transportando para segundo plano o que era mais importante: o debate de livros e ideias. Mais do que gostaria João Cezar, comprometido com essa releitura e valorização da polêmica. Essa *derrapagem* do pensamento literário oitocentista, marcado pelo positivismo, pelo determinismo e pelo evolucionismo parece indicar que sua relação com os textos literários estivesse sempre mediada por uma distância *assintótica*.

De qualquer modo, talvez quem mais se beneficie com a polêmica – para além da noção de sistema – sejam não aqueles diretamente envolvidos, que a levam por vezes ao extremo da dicotomia, suprimindo quase por completo o espaço para um debate que não se resume em ataque. Talvez os mais beneficiados sejam aqueles a que chamo de *leitores em segunda instância* e que, num movimento dialético, observam o que há de legítimo numa e noutra posição, num e noutro ponto de vista; e tentam produzir, a partir dessa avaliação, uma síntese.

Um exemplo dado pelo próprio João Cezar é o de João Mendonça de Souza, adepto de Sílvio Romero, que não se furtou em julgar excessiva a postura do crítico sergipano: “(...) insultou Veríssimo a torto e a direito. Cremos até que às cegas, às claras, às direitas, às escuras” (p.104).

Outro exemplo expressivo desses *leitores em segunda instância* são os críticos de rodapé pernambucanos, que enfrentaram de maneira autônoma os problemas desencadeados pela polêmica Afrânio Coutinho x Álvaro Lins. Essa polêmica ficou

conhecida como a da *cátedra* contra o *rodapé*, detalhadamente estudada pelo mesmo João Cezar em seu *A crítica literária em busca do tempo perdido* (2011). João Cezar lembra que esse embate é interpretado como fundamental para o estabelecimento dos estudos literários universitários no Brasil:

A história recente da crítica literária brasileira conhece muitas versões, mas quase todas coincidem em apontar a origem de sua modernidade: a polêmica iniciada em 1948 por Afrânio Coutinho, defensor do método a ser oferecido pelos cursos universitários de Letras, contra o “impressionismo” dos famosos “rodapés” que dominavam os grandes jornais da época. (2011, p.11)

Afrânio Coutinho, que tomara contato com o *New criticism*, nos Estados Unidos, voltou ao Brasil decidido a questionar a hegemonia da crítica jornalística. Usando as armas do inimigo, o crítico baiano manteve uma coluna – *Correntes cruzadas* – em que abriu fogo cerrado contra o improvisado, a falta de rigor e de embasamento teórico que, no seu entendimento, dominavam a linguagem crítica, então subjugada ao generalismo dos periódicos. Era preciso, ao contrário, um conhecimento específico – numa palavra: teórico – para abordar a literatura de maneira apropriada.

Em Pernambuco, terra de Lins, havia uma intensa atividade crítica ocupando as páginas dos principais jornais do estado: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Folha da Manhã, Diário da Manhã, Folha do Povo entre outros. Moacir de Albuquerque, um dos principais críticos de rodapé nos anos 50, comentando o lançamento de *Correntes cruzadas* de Afrânio Coutinho, apresenta grande liberdade de pensamento. Liberdade que o permite concordar Coutinho sobre a ausência de reflexão mais apurada a respeito da “técnica” (a despeito da vaguidão que a expressão apresenta em seu artigo); e, ao mesmo tempo, refutar as afirmações hostis de Coutinho sobre a crítica de jornal:

De nossos críticos, mesmo dos mais eminentes, creio que só Afrânio Coutinho e Adonias Filho se vem dedicando a fundo ao problema da técnica. O próprio Álvaro Lins, que considero o maior crítico brasileiro destes últimos cinquenta anos, pela argúcia e profundidade da análise, passou de longe por esse problema, de importância capital, num país de improvisadores talentosos, como o nosso, em que pouco ou nada se estuda. (...) Simplesmente assombrosa a erudição do Sr. Afrânio Coutinho. E não apenas americana, como injustamente se tem afirmado.

Conhece e discute os franceses e italianos, ingleses e espanhóis, com absoluta segurança. Acho que exagera quando atribui à técnica, exclusivamente, o dom de salvar do vazio e do frívolo nossa literatura. Também não estou de acordo quando condena, quase em bloco a banalidade e insignificância de nossa crítica, sobretudo a feita no jornal, que acusa de se corromper em simples registro camaradesco, sem ciência nem utilidade para o público”.

Apesar de longa, a citação se justifica tanto pelo momento de flagrante exercício de liberdade de pensamento, como pelo fato de que o acesso aos artigos de Moacir de Albuquerque é extremamente limitado.¹

Grande admirador de Álvaro Lins, como denuncia a citação, Albuquerque exalta os dois críticos, pelas qualidades que apresentam, ao mesmo tempo em que aponta divergências dele para com ambos.

Outro exemplo dessa autonomia militante, capaz de criticar o *modelo* de crítico que representava Álvaro Lins, encontra-se em Aderbal Jurema². No artigo *Um neorromântico da poesia* questiona de maneira contundente o julgamento generoso de Augusto Frederico Schmidt por parte de Álvaro Lins:

(...) Embora um crítico da estirpe do sr. Álvaro Lins tenha afirmado que o sr. Augusto Frederico Schmidt é um poeta do passado, do futuro e também do *presente*, tememos que o tom de sua poesia não esteja em consonância estética com a sua época. Mesmo que precisemos de mensagens neo-românticas, não serão as do sr. Augusto Frederico Schmidt capazes de repercutir no homem de nossos dias.

O artigo de Aderbal Jurema continua num *crescendo* que assinala com muita firmeza e ironia a diferença de julgamento entre ele e o admirado Álvaro Lins.

¹Utilizamos a única reunião dos artigos do crítico, publicada pela Associação Brasileira de Escritores, seção Pernambuco, e hoje União Brasileira de Escritores.

²Exemplo da admiração e do respeito de Aderbal Jurema à Álvaro Lins, verifica-se no seu artigo *Um crítico entre a aventura e a orden*: “Álvaro Lins, em quem sentimos mais um intuitivo de talento do que um erudito academizado, no que tem escrito até hoje vem se colocando entre os dois dilemas da literatura contemporânea, tão bem qualificados por Guilherme de Torre como “a aventura e a orden”. Convém, no entanto ressaltar, que a intuição crítica do sr. Álvaro Lins não se alimenta unicamente da inteligência viva e atilada que possui, antes essa intuição vai mais além da crítica impressionista como um senso de análise e um sentido histórico da vida que o transformam, nas mais das vezes, num professor de literatura. Professor de literatura que na realidade o é não somente na cadeira do Colégio Pedro II, como, principalmente, através de seus rodapés do ‘Correio da Manhã’” (1949, p.102)

Acredito que a crítica de rodapé praticada em Pernambuco entre os anos 40 e 50 é um espaço privilegiado para observar a transformação da polêmica num debate aberto, onde a lógica binária, característica do século XIX, cede a um jogo plural de tomada de posições, adesões e recusas múltiplas que configuram inúmeros pontos de vista no que diz respeito à reflexão sobre a literatura.

Crítica, pluralismo e multiplicidade

Nossa contemporaneidade está marcada pelo múltiplo e por uma pluralidade vertiginosa. Teixeira Coelho pensando essa contemporaneidade sob a rubrica do *Pós-moderno* percebia que um dos traços do nosso tempo são os diversos modos culturais, que no seu entender compreendem também uma infindade de modos criadores (1995).

Michel Maffesoli, por sua vez, também vê no pluralismo uma marca indelével de nossa contemporaneidade. Para ele “o enfraquecimento dos limites”, a “instabilidade das estruturas”, reconhecíveis na cultura e na arte definem muito do processo de barroquização da vida social contemporânea. Assim, a arte plural de hoje “justifica bem a heterogeneidade galopante, tendências contraditórias que, em todos os domínios, animam em profundidade nossas sociedades” (1996, p.222).

Esse pluralismo contemporâneo explica e promove, ao mesmo tempo, a derrocada do impulso teórico travestido de ciência que vicejou em parte dos estudos literários modernos. Pluralismo esse que passa a ser reconhecido não só como um lugar-comum da crítica, por exemplo, quando lida com a produção poética contemporânea, como bem vê Marcos Siscar, em seu *Poesia e crise* (2013); como também impulsiona a crítica das narrativas hegemônicas nos vários âmbitos da reflexão literária. A exemplo do próprio discurso teórico que agitava o rigorismo formalista como a sua principal bandeira na guerra contra o amadorismo impressionista. Para Lourival Holanda, em seu texto *A teoria literária: desprestigiada e imprescindível*,

A cultura no modo virtual permite permutas mais ricas, diminui as pretensões de uma teoria global, e faz inflectir as supostas certezas das escolas teóricas apenas em ganhos pontuais – não em verdades estabelecidas. (2015, p.89)

Desse ponto de vista, a proposta de João Cezar de Castro Rocha de rever a narrativa que fundamentou nosso julgamento da crítica de rodapé, não deixa de se firmar como reflexo também de um questionamento do lugar centralizador do discurso teórico, principalmente na sua versão estruturalista; e, para além disso, da própria academia como o espaço primordial de exercício da crítica literária.

Aqui me aproximo do núcleo fundamental de minha reflexão: a tentativa de compreender o significado da prática crítica anterior à instalação dos estudos literários universitários, e mesmo o olhar sobre a crítica oitocentista de viés polemista representam as etapas de formulação de uma nova postura crítica.

Para entender essa postura é preciso reconhecer na valorização da polêmica não um gesto retropectivo, mas prospectivo. Mais do que uma nostalgia, uma reminiscência dos modos anteriores da crítica, incompatíveis com o pluralismo do nosso tempo; o gesto representa a proposta de uma crítica que se constitua como um debate aberto, a partir dos matizes e da complexidade dos diversos valores que atravessam o contemporâneo, em sintonia com a pluralidade criativa da própria literatura. Afinal, a noção mesma de esquizofrenia produtiva sugere a rotura da unidade, a tendência ao múltiplo.

Em outras palavras: a polêmica de lógica binária e dos paroxismos é obsoleta para agenciar os diversos valores com os quais a crítica terá de lidar em sua prática atual. Essa nova crítica que João Cezar nos propõe terá a feição de uma forma nova de polemizar, mais inteligente porque mais plural; e, de maneira aparentemente contraditória, mais personalista na medida mesma em que a experiência do crítico não se submeterá ao solipsismo do método – sempre um caminho entre os vários possíveis. Uma tensa e contínua negociação de seu lugar e de sua pertinência no concerto profuso dos modos contemporâneos.

A aproximação das ideias contidas no ensaio *Sílvio Romero: a polêmica como sistema* com o famoso texto de Machado de Assis – Ideal do crítico – parece-nos muito eloquente e reforçar essa hipótese. Sabemos o quanto a proposta machadiana destoa da crítica praticada em sua própria época, configurando-se também muito mais como a proposta de uma crítica futura (“ideal”) do que de uma realidade vivida pelo século XIX. É sintomático que o arremate do ensaio de João Cezar se dê através de uma pequena “coda”, extremamente expressiva daquilo que defendo. Nela se lê:

Se minha reavaliação do problema parecer fecunda, então talvez seja possível imaginar que num futuro próximo o sistema interno de emulação, cujo motor é a polêmica programática ou doutrinária, retorne ao cenário brasileiro. E se isso ocorrer não se tratará do eterno retorno das Zeverissimações, ou seja, das diatribes costumeiras, mas de um tipo de polêmica muito próximo ao que Robeto Ventura identificou na passagem do sex.XIX ao XX, no qual a argumentação *ad hominem*, *que naturalmente* não sairá de cena, estará subordinada à discussão dos pressupostos propriamente ditos.

A essa citação poderia ser acrescentado outro trecho, pertencente justamente ao tópico final de *Crítica literária em busca do tempo perdido?*, o dedicado à “esquizofrenia produtiva” que afirma que:

(...) O caráter suplementar da literatura no mundo contemporâneo talvez assegure a criadores, críticos e teóricos uma liberdade inédita, cujo pleno aproveitamento exige a recusa de toda posição nostálgica e resentida. De igual modo, tal liberdade pode estimular uma nova forma de diálogo com um público mais amplo do que o composto por especialistas. (2013, p.379)

(Breves) Considerações finais

A valorização da polêmica como exercício do discurso crítico e o resgate da crítica de rodapé constituem ambos argumentos em favor de uma nova postura crítica, sintetizada na ideia da “esquizofrenia produtiva”. Uma união entre o saber e as reflexões acumuladas pela academia e uma intervenção cultural mais efetiva. Prática que será, por isso mesmo, um constante espaço de negociação. Prática igualmente sintonizada com as peculiaridades de um tempo plural, múltiplo, como o nosso.

Uma crítica que questione, indague, investigue, que varra de si o pó do precoce envelhecimento nos tronos departamentais da certeza. Uma crítica, enfim, que polemize, transformando, porém, a polêmica num espaço de inteligência, sensibilidade e “urbanidade” – para usar o termo de Machado de Assis. E que, diante do papel periférico e “suplementar” que a literatura exerce hoje, faça-se ouvir porque capaz de convencer de que tem algo a dizer.

Referências

ALBUQUERQUE, Moacir de. **Literatura e técnica literária**. Recife: Associação Brasileira de Escritores, 1962.

CASTRO ROCHA, João Cezar de. **Crítica literária em busca do tempo perdido?** Chapecó: Argos, 2011.

CORDEIRO ET AL (org.). **A crítica literária brasileira em perspectiva**. São Paulo: Ateliê editorial, 2013.

HOLANDA, Lourival. **A teoria literária: desprestigiada e imprescindível**. In: SEDYCIAS, João. Repensando a teoria literária contemporânea. Recife: Editora UFPE, 2015.

JUREMA, Aderbal. **Provincianos: 1ª Série**. Recife: Editora Nordeste, 1949.

_____. **Poetas e romancistas do nosso tempo**. Recife: Editora Nordeste, 1953.

MACHADO DE ASSIS. **Ideal de crítico**. In: MOISÉS, Massaud (org). Crônicas, crítica, poesia, teatro. São Paulo: Cultrix, 1964.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Trad. De Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

TEIXEIRA COELHO, José. **Moderno-pós-moderno**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.